

Jornal O DIA SP

Ineos Compositos do Brasil S/A

CNPJ (MF) Nº 72.930.332/0001-86

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024 Araçanguama, 31 de dezembro de 2024

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, centavos eliminados)		PASSIVO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, centavos eliminados)	
	2024	2023		2024	2023
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.819.148	31.577.685	Fornecedores Nacionais	21.603.673	19.773.438
Duplicatas a Receber de Clientes	52.924.178	41.118.882	Fornecedores Estrangeiros	7.275.259	1.815.025
Estoque	37.582.326	39.027.891	Obrigações Fiscais	1.841.030	1.633.738
Impostos a Recuperar	20.064.662	18.473.782	Outras Obrigações	2.982.164	4.507.456
Demais Contas a Receber	2.590.100	1.524.225	Provisões	4.519.355	4.041.875
Despesas Antecipadas	749.595	741.381	(=)	38.221.482	31.771.533
(=)	147.230.009	131.963.846			
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo			Exigível a Longo Prazo		
Impostos a Recuperar	33.488	109.833	Empréstimo Intercompanhia	52.518.206	41.567.843
Depósitos Judiciais	-	-	Outras Obrigações	-	-
Ativo Fiscal Diferido	1.537.293	1.234.069	Provisões p/ Contingências	-	21.039
(=)	1.570.781	1.343.902	(=)	52.518.206	41.588.882
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	52.438.501	50.226.061	Capital Social	94.104.395	94.104.395
(-) Depreciações Acumuladas	(33.633.940)	(30.407.892)	Reservas de Lucros	33.431.787	36.329.968
Intangível	51.436.653	51.364.323	(=)	127.536.182	130.434.363
(-) Amortizações	(766.131)	(696.263)	TOTAL DO PASSIVO	218.275.870	203.794.778
(=)	69.475.079	70.877.029			
(=)	218.275.870	203.794.778			

HISTÓRICO	CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS A REALIZAR	ACUMULADOS		
SALDOS EM 31/12/2022	94.104.395	6.917.667	25.560.242	-	-	126.582.304
Lucro do exercício	-	-	15.354.168	-	-	15.354.168
Constituição de Reservas	-	767.708	(767.708)	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(11.502.109)	-	-	(11.502.109)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2023	94.104.395	7.685.375	28.644.593	-	-	130.434.363
Lucro do exercício	-	-	8.601.819,04	-	-	8.601.819,04
Constituição de Reservas	-	430.311,09	(430.311,09)	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(11.500.000,00)	-	-	(11.500.000,00)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2024	94.104.395	8.115.686	25.316.100	-	-	127.536.182

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e o CPC-PMÉ). - A apuração do resultado, ativos e passivos - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem encargos incorridos, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos pro rata temporis. Os estoques estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição, ou mercado, entre esses o menor. A administração efetuou análise dos valores dos Ativos e Passivos (notadamente conta a receber e fornecedores), não havendo saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante. 3 - Permanente - Imobilizado e Ativo Intangível, são demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

	2024	2023
4 - Receita Operacional Líquida	254.951.805	257.030.034
Receita Bruta no Mercado Interno	323.748.956	318.914.304
Receita Bruta no Mercado Externo	7.013.233	9.109.242
Impostos s/ vendas	(71.531.400)	(69.505.576)
Devoluções de vendas	(4.278.584)	(1.487.935)
Receita Líquida	254.951.805	257.030.034

DIRETORIA	CONTADORIA
MARCELO HAMILTON SCHWARTZ DE MAGALHÃES	SÔNIA HUNGARO LEITE
Controller	Contadora CRC SP-263978/O-7

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ - 60.866.688/0001-19

Em atendimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerações: As obras de manutenção e recuperação seguem andamento previsto; o processo de regularização junto a Prefeitura (anistia), apesar de cumprido todas as obrigações pela empresa, ainda aguarda a finalização por parte do órgão público responsável. Os cortes nos custos e despesas atenderam os objetivos fixados, mantendo-se a mesma política de gestão para o exercício de 2025; a falta de política fiscal responsável pelo governo federal, a alta do dólar e a inflação real, exigem atenção para os próximos anos. Os resultados de IPTU dos imóveis superam 15% na média para o ano de 2025, muito acima da inflação de 4,77% registrada em 2024. O lucro líquido no exercício fiscal restou positivo (informações complementares nas notas explicativas). Ficamos à disposição de V. S. as., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. São Paulo 18 de fevereiro de 2025.

Balanço Patrimonial - em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de reais - R\$)		Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)	
Ativos	Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.412	2.710
Contas a receber de clientes	4	-	-
Outros ativos	5	168	162
Total dos ativos circulantes		1.580	2.872
Não Circulantes			
Outros ativos	6	61	61
Investimentos	5	149.394	149.394
Imobilizado	7	5.469	5.155
Total dos Ativos		156.524	157.482
Passivos e Patrimônio Líquido			
Passivos			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	320	169
Obrigações tributárias	11	49	47
Outros passivos	9	1.042	984
Total dos Passivos		802	2.619
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	12	23.500	23.500
Reserva legal	12	208	208
Ações em Tesouraria	12	(15.310)	(15.310)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12	145.780	145.780
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		156.524	157.482
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
Capital social			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	23.500	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.103
Distribuição de lucros	-	-	(126)
Destinação reserva de lucros	-	208	(208)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	46
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	23.500	208	145.780
Lucro líquido do exercício	-	-	764
Destinação reserva de lucros	-	38	(38)
Distribuição de lucros	-	-	(726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	23.500	38	145.780
Reserva legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.103
Distribuição de lucros	-	-	(126)
Destinação reserva de lucros	-	208	(208)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	46
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	23.500	208	145.780
Lucro líquido do exercício	-	-	764
Destinação reserva de lucros	-	38	(38)
Distribuição de lucros	-	-	(726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	23.500	38	145.780
Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.103
Distribuição de lucros	-	-	(126)
Destinação reserva de lucros	-	208	(208)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	46
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	23.500	208	145.780
Lucro líquido do exercício	-	-	764
Destinação reserva de lucros	-	38	(38)
Distribuição de lucros	-	-	(726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	23.500	38	145.780
Lucros e Prejuízos Acumulados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	182.155	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.103
Distribuição de lucros	-	-	(126)
Destinação reserva de lucros	-	208	(208)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	46
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	182.155	208	145.780
Lucro líquido do exercício	-	-	764
Destinação reserva de lucros	-	38	(38)
Distribuição de lucros	-	-	(726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	182.155	38	145.780

1. Contexto Operacional: A Moimho Progresso S/A ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital, constituída em 19/07/1966 como Indústria de produtos alimentares, beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares de origem vegetal inclusive embalagem. Atualmente as atividades da moagem estão paralisadas e as operações que geram receitas estão concentradas na administração e locação de imóveis próprios e na compra e venda de imóveis. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e representam a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: (a) Base de apresentação - As demonstrações contábeis foram elaboradas pela empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. (b) Caixa e equivalentes de caixa - Os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consideramos equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, de acordo com o CPC 03. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da constatação. (c) Contas a receber - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelo montante estimado de eventuais perdas e esperadas. (d) Imobilizado - o ativo imobilizado é avaliado ao custo histórico deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. (e) Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (f) Reconhecimento de receita - uma receita é reconhecida na extensão em que transfere o controle dos bens e serviços para o cliente e a mensura a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. (g) Reconhecimento de resultados - As receitas financeiras, os custos e as despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. (h) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. (i) Imposto de Renda e Contribuição Social - A Sociedade opta por pagar seu imposto de renda e contribuição social através do lucro

A Diretoria		Eduardo Cavalcante	
Rodrigo Goetschi Gentil	Cibele Maria Rosolem Gentil	Eduardo Cavalcante	
CPF: 141.923.988-00 - Diretor Superintendente	CPF: 272.461.818-14 - Diretora	CRC 1SP 214.257/O-5 - Contador	



GRI - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MP nº 51.903.449/0001-09 - NIRE 35300621646

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 04 de dezembro de 2024, às 06:00h, no endereço: Rua ... nº 400, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalves Maia, nº 300, Jaguaré, CEP 05.348-000 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada as formalidades de convocação, face ao disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes nesta assembleia os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas dos respectivos representantes dos acionistas da Companhia. **3. MESA:** Presidência pelo Sr. Ciro Cambi Guoia e Secretária pelo Sr. Kaito Pablo Bueno.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar e apreciar sobre a extinção do Conselho de Administração da Companhia e a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem qualquer ressalva ou reserva aprovaram: **5.1.** A lavratura da ata da presente assembleia na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** A extinção do Conselho de Administração da Companhia. Em razão desta deliberação, os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2024, são destituídos de suas funções, recebendo e outorgando em favor da Companhia, conforme aplicável, a mais plena, ampla, irrevogável e irretroatel quitação com relação a qualquer obrigação, responsabilidade, demanda e/ou qualquer valor eventualmente devido por tais membros do Conselho de Administração com relação ao cargo exercido, para nada mais reclamar ou receber, a qualquer tempo ou título, com relação aos respectivos mandatos, exceto por dolo ou fraude. **5.3.** Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia conforme disposto no **ANEXO I** à presente ata, para refletir: (a) a exclusão do Capítulo VI, referente ao Conselho de Administração, em razão da deliberação tomada no item 5.2 acima; (b) a revisão e repactuação das regras de governança da Companhia; (c) a exclusão de referências ao Acordo de Acionistas celebrado em 30 de setembro de 2024, considerando seu distrato nesta data; e (d) a reformulação e renumeração do Estatuto Social, em razão das alterações descritas nos itens (a) a (c) acima.

6. ENCERRAMENTO E PROVAÇÃO: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Presidente: Sr. Ciro Cambi Guoia e Secretário - Sr. Kaito Pablo Bueno. **Acionistas Presentes:** Solvi Essencis Ambiental S.A. (p. Frederico Guimarães da Silva e Eduardo Alves Rodrigues); e Braskem S.A. (p. Marcelo de Oliveira Cerqueira e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas). São Paulo, 04 de dezembro de 2024. **Mesa:** Ciro Cambi Guoia - Presidente, Kaito Pablo Bueno - Secretário. **Acionistas Presentes:** SOLVI ESSENCIS AMBIENTAL S.A. - Nome: Frederico Guimarães da Silva Cargo: Diretor de Relações com Investidores e Diretor Financeiro - Nome: Celso Pedross - Cargo: Diretor Presidente; BRASKEM S.A. - Nome: Marcelo de Oliveira Cerqueira - Cargo: Diretor; Nome: Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Cargo: Diretor. JUCESP nº 53.96725-2 em 13.02.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ANEXO I - A ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA GRI - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A. REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024 - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA - ESTATUTO SOCIAL DA GRI - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A. - CNPJ/ME 51.903.449/0001-09 - CAPÍTULO I - Denominação, Sede e Prazo de Duração: Artigo 1º. A Companhia, sob o tipo de sociedade por ações, tem a denominação de GRI - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A. ("Companhia") e rege-se-á pelo presente estatuto social, pelo Acordo de Acionistas arquivado em sua sede e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem a sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalves Maia, nº 300, Galpão – Fundos, Jaguaré, CEP 05.348-000. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá ter sucursais em outras filiais, agências, escritórios, sucursais, armazéns e depósitos, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **CAPÍTULO II - Objeto Social: Artigo 4º.** A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: **CNAE - Descrição:** 38.11-4-00, Coleta de resíduos não perigosos; 38.12-2-00, Coleta de resíduos perigosos; 38.21-1-00, Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; 38.22-0-00, Tratamento e disposição de resíduos perigosos; 38.39-3-99, Recuperação de materiais não especificados anteriormente; 39.00-5-00, Descontaminação e serviços de gestão de resíduos; 42.22-7-01, Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; 43.11-8-01, Demolição de edifícios e outras estruturas; 43.29-1-99, Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente; 46.87-7-01, Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão; 46.87-7-02, Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão; 46.87-7-03, Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos; 49-20-1-01, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; 49-30-2-02, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; 49-30-2-03, Transporte rodoviário de produtos perigosos; 50-30-1-01, Navegação de apoio marítimo; 52.11-7-99, Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; 52.12-5-00, Carga e descarga; 52.39-7-99, Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente; 64.62-0-00, Holdings de instituições não financeiras; 70-20-4-00, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 71-12-0-00, Serviços de engenharia; 71-19-7-99, Atividades relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente; 77.19-5-99, Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; 77.39-0-99, Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 81-21-4-00, Limpeza em prédios e em domicílios; 85.99-6-04, Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 86.21-6-02, Serviços móveis de atendimento & urgências, exceto por UTI móvel. **CAPÍTULO III - Capital Social: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é constituído em moeda corrente nacional, é de R\$28.746.277,11 (vinte e oito milhões setecentos e quarenta e seis mil duzentos e setenta e sete reais e onze centavos) dividido em 474.396.691 (quatrocentas e setenta e quatro milhões, trezentas e noventa e seis mil, seiscentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada ação. **Parágrafo Segundo.** As ações terão a forma nominativa e a sua propriedade será comprovada pelo nome do acionista no Livro de Registro de Acionistas. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas terão preferência para a aquisição nos aumentos do capital da Companhia na proporção das que possuírem, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias da aprovação do aumento. **Parágrafo Quarto.** Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Quinto.** – A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) mediante emissão de ações ordinárias, por deliberação da Assembleia Geral. **CAPÍTULO IV - Assembleia Geral: Artigo 6º.** A assembleia geral reunirá-se ordinariamente em três reuniões anuais e extraordinariamente em qualquer exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem ("Assembleia Geral"). **Artigo 7º.** As convocações da Assembleia Geral deverão ser realizadas mediante notificação aos acionistas com, no mínimo, 12 (doze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, da data marcada para a sua realização, indicando o local, data, horário e ordem do dia. **Parágrafo Primeiro.** – A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente, por qualquer acionista estabelecido em lei. **Parágrafo Segundo.** – As Assembleias Gerais podem ser presenciais, semipresenciais ou digitais. A participação e a votação à distância dos acionistas, em caso de assembleias semipresenciais ou digitais, poderá ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância e/ou mediante atuação remota, por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação em que todos os acionistas possam ouvir uns aos outros de forma instantânea e simultânea, e o acionista que participar da reunião desta maneira será considerado como presente na referida Assembleia Geral, com direito de voto e de ser eleito presidente da mesa da assembleia nos respectivos livros de atas de assembleias gerais e presença de acionistas. **Parágrafo Terceiro.** – As Assembleias Gerais serão instaladas observados os quóruns legais, ressalvado o disposto no Acordo de Voto. **Parágrafo Quarto.** – Independentemente das formalidades acima, a Assembleia Geral será considerada validamente instalada e realizada se todos os acionistas comparecerem e declararem-se cientes quanto aos itens da ordem do dia. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em Assembleia Geral. **Parágrafo Quinto.** – Os acionistas poderão fazer o registro em suas Assembleias Gerais. O registro de acionista, cujo prazo não poderá ser inferior a 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. **Artigo 8º.** Observado o disposto no Artigo 9º e os casos em que acionistas estiverem impedidos de votar, as deliberações realizadas em sede de Assembleia Geral dependerão da aprovação da maioria do capital votante, devendo ser observado o disposto em Acordo de Voto arquivado na sede da Companhia. **Artigo 9º.** Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) criação de ações preferenciais da Companhia, alteração ou criação de preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide ou vier a se dividir o capital social da Companhia; (ii) criação de classes de ações ordinárias ou preferenciais mais favorecidas em relação às classes então existentes da Companhia; (iii) conversão de ações de espécie ou classe existente em outra espécie ou classe existente ou que venham a ser criadas, de emissão da Companhia; (iv) participação em grupo de sociedades pela Companhia, conforme definição contida no artigo 265 da Lei de Registro de Ações; (v) alteração do Estatuto Social da Companhia; (vi) o aumento ou redução do capital social da Companhia ou alteração do limite do capital social autorizado da Companhia, bem como resgate ou amortização de ações da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia ou outorga de opção de compra e de venda de ações da Companhia; (vii) transformação societária, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) requerimento de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou, ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (ix) emissão de debêntures com ou sem ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações da Companhia; (x) implementação de atos que, por força de lei, dependam de aprovação da Assembleia Geral para a abertura do capital e registro de companhia aberta da Companhia (não se incluindo aqui, portanto, ofertas de valores mobiliários representativos de dívidas que não sejam conversíveis ou permutáveis em participação no capital social da Companhia e/ou que não confirmam ao titular o direito de subscrever participação no capital social da Companhia) ou, uma vez obtido o registro de companhia aberta, decisão quanto ao plano de distribuição de dividendos da Companhia; (xi) distribuição de dividendos da Companhia, incluindo aprovação da declaração de dividendos intermediários ou intercalares; (xii) constituição de gravames sobre participação societária da Companhia ou de controladas da Companhia; (xiii) transferência de participação societária da Companhia ou de controladas da Companhia; (xiv) participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios; (xv) comodato, doação, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia (não enquadrados no item (xiii) acima), em operações que contemplem, em uma única operação ou no conjunto de operações da mesma natureza dentro de um mesmo exercício social, valores superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xvi) oneração, usufruto, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia (não enquadrados no item (xiii) acima), em operações que contemplem, individualmente por operação ou em conjunto de operações da mesma natureza dentro de um mesmo exercício social, valores superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ressalvado que esse limite não se aplica à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou qualquer contrato da Companhia, de qualquer natureza, que possam valor, anual superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xvii) celebração, rescisão, aditamento ou qualquer alteração de contratos, entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado e, do outro lado, qualquer dos acionistas da Plaind Investimentos S.A. ("Plaind"), qualquer administrador da Companhia, Plaind ou das controladas da Companhia ou da Plaind, ou quaisquer partes relacionadas das pessoas anteriormente indicadas, em valores superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por exercício social; (xx) emissão ou substituição dos auditores independentes da Companhia que não sejam KPMG, EY, Deloitte e PWC; (xxi) aprovação de investimentos e projetos de expansão (i.e., que aumentem capacidade de produção e o fluxo de receita) da Companhia, com valor, individual ou em uma série de operações da mesma natureza dentro de um mesmo exercício social, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xxii) aprovação de aquisição de bens para o ativo não circulante da Companhia, bem como da realização de investimentos e projetos operacionais da Companhia que não estejam enquadrados no item (xxi) acima, com valor, individual ou em uma série de operações da mesma natureza dentro de um mesmo exercício social, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xxiii) a contratação de endividamento bancário ou financeiro pela Companhia e (incluindo a emissão de dívida) da Companhia ou por quaisquer controladas da Companhia de notas promissórias reguladas pela CVM, sem a observância do índice de endividamento líquido da Plaind e suas controladas, em bases consolidadas, de até 3,5 (três vírgula cinco) vezes o EBITDA ou menor, apurado em relação aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao momento da deliberação em questão; (xxiv) aprovação do regime de controle de custos da Companhia, com valor, anual ou aplicativo; (xxv) fixação de outros limites fora das competências e atribuições da Diretoria; (xxvi) realização de qualquer aquisição de participação societária pela Companhia; (xxvii) na medida em que envolver a Companhia, a alienação, cessão ou transferência para qualquer pessoa de qualquer dos Ativos de Camaçari (conforme defini-



NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis intermediárias da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia") relativas ao período findo em 30 de novembro de 2024, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

O ano de 2024 tem sido marcado por um cenário econômico desafiador, exigindo da Companhia um alto grau de resiliência e adaptação estratégica. Diante desse panorama, a Núcleo Engenharia Consultiva S.A. manteve seu compromisso com a inovação, sustentabilidade e excelência operacional, consolidando sua presença no mercado nacional e internacional. Mesmo neste cenário, a receita bruta total até novembro atingiu R\$ 162,0 milhões, representando o crescimento de 14,3% em relação ao mesmo período de 2023.

Como resultado de uma eficaz gestão de custos e do sucesso de nossas estratégias de otimização operacional, obtivemos a estabilidade nas margens de resultado. A Companhia obteve um crescimento sustentável, impulsionado pela ampliação de sua carteira de clientes e execução de projetos estratégicos. O planejamento financeiro rigoroso e o controle de custos permitiram a maximização da eficiência e manutenção da rentabilidade das operações. Além disso, houve significativo aumento da estrutura patrimonial decorrente de aporte dos acionistas. No campo da internacionalização, a Núcleo Engenharia Consultiva - N.E.C.Lda. vem fortalecendo sua prospecção no mercado europeu, com novas parcerias e acordos operacionais. A estratégia de diversificação geográfica e tecnológica posiciona a Companhia em um patamar competitivo diferenciado. Mantivemos a certificação e conformidade com os mais elevados padrões de qualidade e governança, incluindo ISO 9.001, 14.001, 45.001, 37.001, além das certificações ISO 27.001 e 27.701, reforçando nosso compromisso com a segurança da informação e conformidade regulatória. As perspectivas para o fechamento do exercício de 2024 são positivas, com novos contratos em fase de execução e uma base sólida para crescimento sustentável em 2025. O comprometimento da equipe, aliados estratégicos e clientes seguem sendo o alicerce do nosso sucesso. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros e colaboradores, reiterando nosso compromisso com a transparência, inovação e excelência operacional.

Balancos Patrimoniais em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

São Paulo, 16 de dezembro de 2024. A Administração

Demonstrações do Resultado em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

Recetta operacional bruta, Deduções da receita bruta, Recetta operacional líquida, Lucro bruto, Despesas e receitas operacionais, Lucro antes do resultado financeiro, Resultado financeiro líquido

Resultado antes dos impostos de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social - Corrente, Imposto de renda e contribuição social - Diferido, Prejuízo antes da participação nos lucros e resultados, Participação dos empregados nos lucros, Prejuízo líquido do exercício, Total de ações, Prejuízo/lucro por ação

Demonstrações do Resultado Abrangente em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

Resultado do exercício, Resultado abrangente do exercício

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

Resultado líquido do exercício, Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Depreciação e amortização, Provisão para juros incorridos sobre empréstimos, Equivalência patrimonial, Imposto de renda e contribuição social - Diferido, Decréscimo/(acréscimo) em ativos, Contas a receber de clientes, Demais contas a receber, Arrendamento mercantil, Fornecedores, Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos, Obrigações tributárias, Obrigações sociais, Demais contas a pagar, Arrendamento mercantil, Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Investimentos em controladas/coligadas, Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos, Das atividades de financiamentos, Captações de empréstimos e financiamentos - Principal, Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal, AFAC - Adto. futuro aumento de capital, Operações com partes relacionadas, Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos, Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa, No início do exercício, No final do exercício, Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contrato de locação de bens imobilizados

Descrição, Valor contábil, Em 1º de janeiro de 2023, Em 31 de dezembro de 2023, Em 30 de novembro de 2024, Descrição, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total, Ano, 2025, 2026, 2027, 2028

Total contratos de locação

Descrição, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Instalações, Veículos, Aparelhos diversos, Computadores e periféricos, Instalações de terceiros, Direito de uso, Imóveis, Outros ativos, Total, Descrição, Custo ou custo atribuído, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Saldo em 30 de novembro de 2024, Depreciação, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 30 de novembro de 2024, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 30 de novembro de 2024, Valor contábil, Em 1º de janeiro de 2023, Em 31 de dezembro de 2023, Em 30 de novembro de 2024, A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição, Software, Marcas e patentes, Total, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Saldo em 30 de novembro de 2024, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Amortização no período, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Amortização no período, Saldo em 30 de novembro de 2024, Valor contábil, Em 1º de janeiro de 2023, Em 31 de dezembro de 2023, Em 30 de novembro de 2024, A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R\$ 1.429.165, refere-se substancialmente a implantação de software, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R\$ (425.278).

10. Financiamentos e empréstimos

Taxa de juros, 30/11/2024, 31/12/2023, Financiamento consórcio - Banco Bradesco, Cédula de crédito bancário - Banco Itaú, Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil, Cédula de crédito bancário - Banco Santander, Cédula de crédito bancário - Banco Daycoval, Cédula de crédito bancário - Banco Bradesco, Cédula de crédito bancário - Banco Sifra, Cédula de crédito bancário - Banco C6 Bank, Cédula de crédito bancário - Banco ABC, Cédula de crédito bancário - Banco Votter, Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Bradesco - aplicação financeira, Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2022, Adiantamento para futuro aumento de capital social, Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal, Constituição da reserva de retenção de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2023, Adiantamento para futuro aumento de capital social, Prejuízo líquido do exercício, Absorção da reserva de retenção de lucros, Saldos em 30 de novembro de 2024

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 30 de Novembro de 2024 (Intermediário) e 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com Sede em São Paulo - SP é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações: Durante o ano de 2024 a Companhia consolidou seu modelo operacional de trabalho híbrido, mantendo, ao mesmo tempo, a prioridade no resguardo da saúde dos seus colaboradores e o eficiente atendimento aos seus clientes. Os investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura de novas dependências, inclusive com a abertura de uma nova empresa em Portugal, darão suporte ao novo patamar de faturamento esperado para 2024. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 16 de dezembro de 2024. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram supridas em centavos, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis intermediárias incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. d) Demonstrações de resultados abrangentes: Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que exijam em ajustes que pudessem comprometer a demonstração de resultados abrangentes. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias. 3.1. Transações em moedas estrangeiras: A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos aos fluxos de caixa de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo a liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. - Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. 3.2.2. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia não os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. 3.2.3. Capital social: As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. 3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de novembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. 3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Depreciação: A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

4. Caixa e equivalentes de caixa, Ativo circulante, Caixa, Bancos, Aplicações financeiras, Ativo não circulante, Aplicações financeiras, As aplicações financeiras de longo prazo se referem a: títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito à restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência; e cessões fiduciárias vinculadas aos contratos de empréstimo das Instituições Financeiras, que podem ser liberadas proporcionalmente à redução dos saldos devedores dos referidos contratos de empréstimo.

5. Contas a receber de cliente, Ativo circulante, Medições a faturar/Faturas a receber, Ativo não circulante, Medições a faturar (a), Retenções contratos de clientes (b), (a) Os valores de medições a faturar, registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; (b) Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas, Ativo circulante, Núcleo Holding Ltda. (I), Núcleo Holding Ltda. - Direitos de créditos (II), Ativo não circulante, Núcleo Holding Ltda. (III), (I) Referem-se a operações entre contas correntes entre controlada e controladora. (II) Referem-se a operações de AFAC com cessão de direitos de créditos da controladora de 16.596.769 que assume a obrigação de aportar em 8 parcelas ao longo de 2025 esta operação está fundamentada, conforme parecer de consultoria da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIEPECAF) e parecer jurídico da Giamundo Neto Advogados. (III) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento Mercantil - IFRS 16, Ativo não circulante, Contrato de locação - Imóveis, Contrato de locação - Imobilizado, Total contratos de locação, Contrato de locação de bens imobilizados, Contrato de locação de imóveis, Total

8. Imobilizado, Descrição, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Instalações, Veículos, Aparelhos diversos, Computadores e periféricos, Instalações de terceiros, Direito de uso, Imóveis, Outros ativos, Total, Descrição, Custo ou custo atribuído, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Saldo em 30 de novembro de 2024, Depreciação, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Depreciação no período, Saldo em 30 de novembro de 2024, Valor contábil, Em 1º de janeiro de 2023, Em 31 de dezembro de 2023, Em 30 de novembro de 2024, A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível, Descrição, Software, Marcas e patentes, Total, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Saldo em 30 de novembro de 2024, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Amortização no período, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Amortização no período, Saldo em 30 de novembro de 2024, Valor contábil, Em 1º de janeiro de 2023, Em 31 de dezembro de 2023, Em 30 de novembro de 2024, A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R\$ 1.429.165, refere-se substancialmente a implantação de software, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R\$ (425.278).

10. Financiamentos e empréstimos, Taxa de juros, 30/11/2024, 31/12/2023, Financiamento consórcio - Banco Bradesco, Cédula de crédito bancário - Banco Itaú, Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil, Cédula de crédito bancário - Banco Santander, Cédula de crédito bancário - Banco Daycoval, Cédula de crédito bancário - Banco Bradesco, Cédula de crédito bancário - Banco Sifra, Cédula de crédito bancário - Banco C6 Bank, Cédula de crédito bancário - Banco ABC, Cédula de crédito bancário - Banco Votter, Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Bradesco - aplicação financeira, Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval.

11. Obrigações tributárias		30/11/2024	31/12/2023	19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas	
Descrição				Descrição	
PIS		107.310	343.576	Juros	(11.607.215)
Cofins		494.395	1.588.891	Juros	(429.676)
IRRF		1.865.009	1.850.190	Tarifas bancárias	(548.241)
ISS		3.307.487	2.693.343	Outros	(12.585.132)
IOF		-	119.267		(9.690.541)
Parcelamentos		15.048.562	12.220.002		
Compensação de impostos		(2.501.036)	(3.975.399)		
Outros		34.322	73.476		
		18.356.049	14.913.346		
Passivo circulante (Obrigações tributárias)		3.307.487	2.693.344		
Passivo circulante (Parcelamento de tributos)		4.553.428	3.135.811		
Passivo não circulante (Parcelamento de tributos)		10.495.134	9.084.191		
12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias					
Descrição					
FGTS a recolher		669.909	546.888		
INSS a recolher		2.003.718	1.119.393		
Salários e ordenados		4.844.740	3.520.325		
Provisão de férias e encargos sociais		8.927.382	3.901.869		
Outros		167.370	200.841		
		16.613.119	9.289.316		
13. Provisões para contingências trabalhistas					
Descrição					
Contingências		110.000	110.000		
		110.000	110.000		
A Companhia não possui processos em andamento com perspectiva de perdas possíveis.					
14. Obrigações tributárias diferidas					
Descrição					
Imposto de renda		3.024.155	2.411.576		
Contribuição social		1.814.493	1.446.945		
PIS		1.122.211	734.783		
Cofins		5.198.071	3.413.557		
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais		(5.781.769)	(2.551.749)		
Saldo de impostos a compensar		(3.521.763)	(2.455.546)		
		1.855.398	2.999.566		
Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. (a) Saldos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:					
Descrição					
Prejuízo fiscal IRPJ		4.244.948	1.869.933		
Base negativa da CSLL		1.536.821	681.816		
		5.781.769	2.551.749		
IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público		3.024.155	2.411.576		
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público		1.814.493	1.446.945		
		4.838.648	3.858.521		
(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:					
Descrição					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(5.479.189)	5.486.816		
Adições no período		7.104.167	7.552.275		
Exclusões no período		(11.125.034)	(10.781.963)		
Lucro/Prejuízo antes da compensação		9.500.056	(2.257.128)		
Descrição					
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real		-	-		
Lucro/Prejuízo fiscal		(9.500.056)	(1.579.990)		
Alíquota fiscal combinada		34%	34%		
Prejuízos fiscais e base negativa acumulada		(17.075.790)	(7.575.734)		
Diferenças permanentes líquidas		(24.000)	(24.000)		
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(513.196)		
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		(5.781.769)	(2.551.749)		
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	(513.196)		
Diferido		2.249.892	(975.030)		
		2.249.892	(1.488.226)		
15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 30 de novembro de 2024 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 17.900.000 (2023 - R\$ 17.900.000) e representado por 17.900.000 (2023 - 17.900.000) ações com valor nominal de R\$ 1,00. A Companhia celebrou em 01 de novembro e 29 de novembro de 2024 contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFACs realizados no valor de R\$ 2.089.500,00 e 16.593.769,04, respectivamente investidos pela acionista sendo que o AFAC do dia 29 de novembro de 2024 no valor de R\$ 16.593.769,04 corresponde a créditos devedos pela acionista contra os seus sócios por meio de cessão de direitos com parecer Técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e parecer Jurídico da Giamundo Neto Advogados. Os AFACS foram aprovados para integralização de capital em AGE em realizada 31 de dezembro de 2024. b) Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. c) Reserva de retenção de lucros: O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.					
16. Receita operacional líquida					
Descrição					
Receita operacional bruta		161.958.096	158.659.310		
(-) ISS sobre receita operacional		(7.122.085)	(7.477.107)		
(-) Cofins sobre receita operacional		(11.453.216)	(11.306.067)		
(-) PIS sobre receita operacional		(2.486.554)	(2.454.607)		
(-) Medições não efetivadas		-	(251.333)		
		140.896.241	137.170.196		
17. Custo de prestação de serviços					
Descrição					
Pessoal		(69.597.652)	(63.131.660)		
Encargos sociais sobre custos com pessoal		(24.306.915)	(23.597.408)		
Benefícios aos empregados		(8.308.856)	(6.933.670)		
Terceiros		(10.286.354)	(9.311.606)		
Locações e condomínio		(1.562.699)	(1.532.285)		
Viagens		(1.388.747)	(1.592.813)		
Cartórios, cópias e correios		(121.152)	(143.620)		
Contratuais		(685.411)	-		
Outras		(195.578)	(288.492)		
		(116.453.364)	(106.531.554)		
18. Despesas administrativas e gerais					
Descrição					
Pessoal		(6.321.709)	(4.529.013)		
Encargos sociais sobre custos com pessoal		(1.691.859)	(2.193.147)		
Benefícios aos empregados		(1.073.141)	(1.127.572)		
Terceiros		(3.249.736)	(2.695.441)		
Locações e condomínio		(483.145)	(647.957)		
Viagens		(94.952)	(118.924)		
Cartórios, cópias e correios		(55.275)	(57.712)		
Seguro		(195.234)	(223.333)		
Processos judiciais		(51.982)	-		
Provisões legais		-	(171.000)		
Tributárias		(2.520.614)	(3.648.007)		
Depreciação		(2.552.105)	(2.386.684)		
Outras		(201.159)	(339.924)		
		(18.490.891)	(18.138.714)		
20. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro): Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencermem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. e) Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. 21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Austral Seguradora S.A. com vigência de 09 de agosto de 2024 a 09 de agosto de 2025. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de Reais). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia. 22. Avais, fianças e garantias: Em 30 de novembro de 2024, a Companhia tinha ativos oferecidos em garantias a terceiros que se refere a um imóvel sob nº de registro/matricula 1183 e 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Guarujá e Santos. 23. Eventos subsequentes: Não ocorreram, até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da empresa.					
A Diretoria					
João Carlos Gomes - Contador CRC 1SP183927/O-2					



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A8EA-09EE-113B-48FC> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A8EA-09EE-113B-48FC



Hash do Documento

37C436AB2E86255768C4957F1B85750BA5CA50EF9083F6B81531998884A1FFA0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/02/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 19/02/2025 00:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

